

Governo quer novo tributo para desonerar folha

Prevendo que não conseguirá votos para manter o veto do presidente Bolsonaro, equipe econômica prepara proposta de criação de um imposto sobre transações para compensar ampla redução da contribuição sobre salários

GERALDA DOÇA E
MARCELLO CORRÊA
economia@oglobo.com.br
BRASÍLIA

Sem votos para impedir que o veto à prorrogação da desoneração da folha de pagamento seja derrubado, o governo corre contra o tempo para apresentar a parlamentares uma proposta alternativa à medida até segunda-feira. De acordo com fontes da equipe econômica, o projeto do Executivo deve envolver a criação de um imposto sobre transações digitais para compensar uma redução ampla da contribuição sobre salários.

Por enquanto, a sessão do Congresso que vai apreciar o veto está mantida para quarta-feira. Ontem, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), avaliou que a derubada do veto é provável:

—O sentimento do Senado que eu escuto de todos os senadores é de derrubar o veto.

A articulação da nova proposta está sendo feita pelo líder do governo no Congresso, senador Eduardo Gomes (MDB-TO). Segundo o líder do PSD no Senado, Otto Alencar (BA), Gomes disse que a compensação do governo viria dentro da reforma tributária.

A medida deve fazer parte de um pacote econômico amplo, que será encaminhado a líderes do Congresso semana

que vem e inclui ainda a criação do programa social que vai substituir o Bolsa Família e deve se chamar Renda Cidadã.

O debate sobre a desoneração da folha começou em junho, quando o Congresso aprovou a prorrogação da regra que hoje permite que 17 setores intensivos em mão de obra — empregando mais de seis milhões de pessoas — troquem a contribuição previdenciária de 20% sobre salários por uma alíquota de 1,5% a 4,5% sobre a receita bruta. Com a desoneração, a empresa não deixa de pagar imposto, adota outro modelo, de acordo com sua atividade.

A medida tem o objetivo de incentivar a geração de empregos em meio à recessão, mas perde a validade em dezembro. Pelo novo texto, o regime valerá até o fim de 2021.

O presidente Jair Bolsonaro, no entanto, vetou a prorrogação, por recomendação do Ministério da Economia e da Advocacia-Geral da União.

ZERAR PARA SALÁRIO MÍNIMO

A articulação em torno de uma nova proposta avançou após o ministro da Economia, Paulo Guedes, receber parlamentares em uma reunião na noite de terça-feira. Segundo fontes a par das conversas, a equipe econômica aproveitou o encontro para apresentar



Guedes. "Queremos desonerar, ajudar a criar emprego, então vamos fazer um programa de substituição tributária"

um esboço do projeto.

A ideia de Guedes é desonerar totalmente o salário mínimo em todos os setores. Para contratos com remuneração maior, a contribuição cairia de 20% para 15%. O imposto sobre transações compensaria a perda. A medida será incluída na proposta de reforma da Câmara, como forma de demonstrar apoio aos deputados e vencer resistências.

Ontem, após uma reunião no Palácio do Planalto, Gue-

des defendeu a importância de encontrar fontes alternativas de recursos para custear a mudança, mas não citou especificamente o novo imposto:

—As prioridades são emprego e renda, retomada do crescimento, dentro do nosso programa de responsabilidade fiscal. Queremos desonerar, ajudar a criar emprego, então vamos fazer um programa de substituição tributária.

O líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-

PR), afirmou que a medida não resultará em aumento de carga tributária. Ele disse ainda que o teto de gastos será respeitado:

—Reafirmamos o nosso compromisso com o teto de gastos e o rigor fiscal. Nós estamos buscando dentro do Orçamento recursos para poder avançar nos programas. Se houver a necessidade, faremos uma substituição de tributação, mas não haverá aumento de carga tributária.

Mais R\$ 2,4 bi no PIB com taxaço de refrigerantes

> A ACT Promoção da Saúde enviou ontem à comissão da reforma tributária no Congresso estudo que mostra que a taxaço de refrigerantes, sucos de caixinha e outras bebidas açucaradas pode levar a um acréscimo de R\$ 2,4 bilhões a R\$ 3,5 bilhões no PIB.

> No segundo, com alíquota de 35%, seriam obtidos R\$ 6,6 bilhões em tributos e aumento de R\$ 3,4 bilhões no PIB. No terceiro, com taxaço de 50%, a arrecadação seria de R\$ 7,1 bilhões ao ano e o acréscimo no PIB, de R\$ 3,5 bilhões.

> O material aponta ainda a criação de até 153 mil empregos, já que, com o ganho, o governo poderia adquirir mais produtos e serviços, aumentando a atividade econômica. (Carolina Nalin)

ISS passará a ser arrecadado na cidade onde serviço é prestado

Lei sancionada por Bolsonaro deve elevar arrecadação de municípios menores

GABRIEL SHINOHARA
gabriel.shinohara@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA

O presidente Jair Bolsonaro sancionou ontem o projeto de lei que al-

tera o recolhimento do Imposto Sobre Serviços (ISS). O tributo municipal passa a ser recebido pela cidade onde o serviço é efetivamente realizado e não mais onde está a se-

de da empresa prestadora.

A mudança deve beneficiar cidades menores em detrimento das grandes capitais, como São Paulo, que concentram sedes de grandes empresas de ser-

viços, como bancos, financeiras e administradoras de cartão de crédito. A alteração vale também para operadoras de planos de saúde, fundos de investimentos e empresas de leasing, entre outras.

Antes da lei, o ISS ia integralmente para as cidades-sede das empresas que prestavam o serviço.

Uma compra com cartão de crédito realizada em Cabo Frio, por exemplo, vai gerar ISS para o município fluminense e não

mais para São Paulo, onde fica a sede da administradora de cartão.

A modificação foi aprovada pelo Congresso em 2016, mas ainda não tinha uma lei estabelecendo uma transição. Agora, as cidades e as empresas terão três anos para se adaptar.

Em 2021, 33,5% serão arrecadados para o município-sede da empresa e 66,5% para o lugar onde a transação foi realizada. Em 2022, 85% irão para o município onde a compra foi feita

e 15% para a cidade-sede. A partir de 2023, 100% ficará onde o serviço ocorre.

MAQUININHAS

Bolsonaro também assinou ontem medida provisória (MP) que libera R\$ 10 bilhões para financiar o chamado Peac-Maquinhas, para oferecer empréstimos por meio de maquininhas de cartão. O crédito será de até R\$ 50 mil para microempreendedores individuais (MEIs), micro e pequenas empresas.

Número de desempregados cresce 27,6% desde maio

Em agosto, eram 12,9 milhões sem trabalho. Com redução do auxílio e flexibilização do distanciamento, aumenta procura por vaga

PEDRO CAPETTI
pedro.porto@infoglobo.com.br

A retomada da busca por trabalho fez com que o desemprego voltasse a subir em agosto, segundo dados da Pnad Covid, divulgados ontem pelo IBGE. Desde maio, início da pesquisa, o número de desempregados cresceu 27,6%, atingindo 12,9 milhões no mês passado. São mais 2,8 milhões de pessoas no grupo de desocupados.

A taxa de desemprego subiu em agosto para 13,6%, maior patamar desde maio. Em julho, estava em 13,1%. A Região Sul foi a única a apresentar queda da população desocupada de julho para agosto.

A alta do desemprego deve continuar, segundo economistas, diante da flexibilização do isolamento social imposto pela Covid-19 e da redução do valor do auxílio emergencial.

Levantamento feito pelo economista Bruno Imaizumi, da LCA Consultores, mostra que à medida que o indicador

de distanciamento cai, o desemprego sobe. O problema é que as pessoas estão procurando trabalho, mas não estão encontrando. Enquanto a força de trabalho cresceu 1,4% no mês, o número de ocupados avançou apenas 0,8%.

O IBGE considera desempregado apenas quem efetivamente procurou uma vaga e não achou. Muitas pessoas que hoje buscam emprego foram demitidas na pandemia e somente agora estão retornando, seja por maior confiança na economia, controle da curva epidemiológica ou redução das medidas emergenciais.

PIOR ESTÁ POR VIR

Apesar dos últimos indicadores mostrarem melhora da atividade na indústria e no comércio, economistas afirmam que o pior momento para o mercado de trabalho ainda está por vir. Na avaliação dos pesquisadores Maria Andreia Parente Lameiras e Marco Cavalcanti, do Ipea, o desemprego deverá continu-

CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO DESOCUPADA

Evolução dos dados na pandemia

Taxa de desemprego (em %)



Fonte: Pnad Covid/IBGE

Total de pessoas em busca de trabalho (em milhões)



Editoria de Arte

ar crescendo nos próximos meses, diante da redução do auxílio emergencial e da continuidade da melhora dos indicadores econômicos.

Em agosto, 43,9% dos domicílios brasileiros receberam algum benefício relacionado à pandemia, seja o auxílio emergencial ou a complementação dada pela União a

quem teve suspensão de contrato ou jornada reduzida.

Em setembro, no entanto, o valor do auxílio emergencial caiu a R\$ 300. Com a única fonte de renda de muitas famílias diminuindo, a tendência é que mais pessoas saiam de casa na busca por trabalho. Na última semana de agosto, a taxa de desocupação já foi de

14,3%, atingindo o ápice no recorte a cada sete dias.

—A força de trabalho vai aumentar com a volta dessas pessoas que não estão mais conseguindo pagar as contas — avalia Lisandra Barbero, economista da XP Investimentos.

Além disso, o fim da vigência dos programas emergenciais do governo federal rela-

cionados à manutenção do emprego pode impactar o mercado de trabalho, principalmente o formal. Levantamento feito pela FGV mostrou que uma em cada quatro empresas do setor de serviços avalia demitir ou até encerrar as atividades quando essas medidas terminarem.

PICO SERÁ EM 2021

Para Imaizumi, da LCA Consultores, esses fatores devem fazer com que o pico de desemprego ocorra em 2021:

—As coisas tendem a piorar após o fim dos benefícios.

A despeito dos indicadores de piora nos próximos meses, dados do IBGE apontam melhora para aqueles que estão ocupados. Pelo segundo mês consecutivo, a carga horária efetivamente trabalhada subiu, atingindo 34,1 horas.

Além disso, a diferença entre o rendimento habitual, tradicionalmente recebido pelo trabalhador, e o efetivo, ou seja, aquilo que foi pago, foi de 7,6%, a menor desde maio.

—À medida que as pessoas foram voltando ao mercado de trabalho, foram retomando a renda que recebiam antes da pandemia — comenta Maria Lúcia Vieira, coordenadora da pesquisa do IBGE.